



3.^a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas

28.04.2015

Ponto 3.4

DECLARAÇÃO DE VOTO

Revogação Escritura Pública de Compra e Venda celebrada entre o Município e o “Lar Ferroviário – Cooperativa de Habitação e Construção, CRL em 14.12.2009

Estando em causa a revogação da escritura de compra e venda celebrada este município e a Cooperativa de Habitação “Lar Ferroviário” celebrada em 2009 de lotes municipais com vista a construção de 28 fogos de habitação de custos controlados e a reversão daqueles lotes para o município, dado, como é informado, a cooperativa deixar de estar interessada por inexistência de financiamento público, naturalmente e chegados a este ponto, a única posição que poderemos ter é de votar favoravelmente o “regresso” destes terrenos ao domínio municipal.

Contudo, esta é naturalmente uma decisão que lamentamos profundamente e que, feita a análise de todo o historial deste processo, desde 2004, nos obriga a concluir pela corresponsabilidade do Partido Socialista nesta câmara neste lamentável desfecho.

Não fosse a teimosia cega do Partido Socialista, com a ajuda do PSD, há uma década atrás e, com grande probabilidade, os fogos estariam hoje construídos e pelo menos 28 famílias deste município teriam tido acesso a uma habitação e a viver em condições de maior dignidade.

Senão, Relembremos:

Quando em 2004 foi aprovada a constituição do loteamento na parcela de terreno municipal, os vereadores da CDU defenderam que esses lotes deviam ser afetos à construção de habitação social e por isso votaram contra essa proposta.

Um voto detalhado e devidamente fundamentado – como se confirma na respetiva declaração de voto que abaixo decidimos transcrever – , dada a escassez de terrenos municipais para construção de habitação a custos controlados, o excesso de habitação de venda livre disponível, face às necessidades existentes no Concelho, a necessidade de dar resposta às cerca de 500 famílias existentes à dada inscritas no PER e que a Câmara se comprometeu a realojar e o numero constante de famílias de fracos recursos que, não estando inscritas naquele programa, já procuravam de forma crescente uma resposta junto



da Câmara , dado não possuírem condições para encontrarem uma alternativa habitacional. Infelizmente, uma realidade que persiste e até se agrava.

Da mesma forma, estivemos naturalmente contra o lançamento do respetivo concurso para iniciativa privada.

Dois anos depois, em 2006, e só porque o concurso ficou deserto- o que aliás era expectável -, decidiu então o PS afetar os lotes a habitação social, curiosamente utilizando como argumentos justificativos muitas das razões que a CDU referiu para que na altura certa se tivesse enveredado por esse caminho.

Entretanto passaram mais dois anos, com aditamentos, alterações, anulação do alvará, emissão de novo alvará, até que em Janeiro de 2009 foi deliberada a alienação dos lotes à FENHACHE ou a cooperativa por ela a designar, que acabou por ser a Cooperativa “Lar Ferroviário”, numa solução que permitiria a construção de 28 fogos, a realocização da coletividade (UDRCP) em condições por ela própria aceites e consideradas aceitáveis e ainda a construção de um equipamento de apoio à infância.

Passados 6 anos e 11 depois de iniciada esta “novela”, nada foi feito e tudo volta à estaca zero.

Porque entretanto o Governo suspendeu qualquer tipo de financiamento e a Cooperativa não tem condições para avançar.

Esta é a história. A conclusão só pode ser uma: Mais uma opção errada do PS, sempre com a ajuda do PSD, na gestão desta câmara, com consequências muito negativas para as pessoas e o território.

Outra tivesse sido a opção política, mais adequada e mais célere, como a CDU defendeu desde o primeiro dia, e o final seria muito provavelmente outro, mais certo, mais adequado, mais de acordo com os interesses e as necessidades das pessoas que este município representa e por cujos interesses se deveria nortear.

Odivelas 6 de Maio de 2015

Os Vereadores da CDU

Rui Francisco

Maria da Luz Nogueira

Maria Natália Santos

Anexo

Declaração de voto contra dos Vereadores da CDU na reunião de Câmara de 07.04.2004

“ A política que ao longo dos anos tem vindo a ser seguida, nomeadamente no domínio do acesso à habitação, levou a uma situação real hoje existente, claramente identificada, inventariada e plasmada nos diferentes estudos que têm sido feitos sobre esta matéria, quer de natureza académica, quer oficiais. Todos apontam, no que diz respeito à situação do concelho de Odivelas, para um excesso de oferta de habitação de venda livre, face às necessidades existentes no concelho, com valores e preços que são incomportáveis para a esmagadora maioria das famílias trabalhadoras de fracos recursos, e para uma falta, muito grande, de habitação para os estratos populacionais com menores recursos. Isto leva a que hoje tenhamos um número muito grande (que a secretaria de estado da habitação aponta na ordem dos 6 mil fogos) de alojamentos vagos no concelho de Odivelas, enquanto temos, para além das famílias inscritas no PER, cerca de mil e quinhentos pedidos de habitação no DMH, desta Câmara Municipal. Quem trabalha neste domínio, quem contacta diariamente com estas questões da habitação, sabe que não estamos só a falar de habitação a custos controlados, ou de habitação social, para dar resposta aos compromissos que as Câmaras assumiram, e que esta Câmara também assumiu, para concretização de um programa lançado durante um governo PSD, ou seja, para cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do PER. A Câmara de Odivelas assumiu esse compromisso de realojar cerca de 500 famílias que estão no PER. Mas as necessidades de habitação a custos controlados, ou de habitação social, não ficam por aqui. Srs. Vereadores, as necessidades de habitação a custos controlados são muito mais do que isto, são a necessidade de dar resposta não só a mais de 500 famílias PER para realojar, mas também para responder às necessidades das famílias de fracos recursos, dos casais jovens que querem ter uma primeira casa e não têm acesso aos preços de mercado, dos idosos que têm pensões e reformas baixas, e que têm necessidade de ter uma casa a preços controlados, ou uma casa de valores mais baixos e que não têm acesso a ela. É por isso que hoje, infelizmente, todos os dias, batem à porta desta Câmara Municipal inúmeras famílias, de pessoas que trabalham diariamente, de pessoas trabalhadores mas que estão no desemprego. Muitas delas compraram casa com grandes dificuldades e hoje têm acções de despejo porque não conseguem cumprir as suas obrigações, e vão para a rua porque não conseguem pagar as prestações ao banco. Todos os dias recebemos novos pedidos de habitação. É para dar resposta a esta população, é para dar resposta a estes estratos populacionais, que é fundamental criar mais habitação de custos controlados, mais habitação social no concelho de Odivelas. Porque da outra, daquela que custa 40 / 50 mil contos, há muita para vender. Há muito mais oferta do que procura, e por isso é que é lamentável que se continue a permitir cada vez mais habitação deste tipo.

Aquilo que no Município de Odivelas está afecto a habitação social, como o Sr. Presidente referiu, chega apenas para dar resposta a cerca de 1/5 daquilo que são as famílias inscritas no PER. Ou seja, chega para responder a 1/5 do conjunto de famílias recenseadas desde 1993 para terem um alojamento. A juntar a essas, temos muitos milhares, umas que se dirigem a nós, outras que não se dirigem, mas que sabemos que se confrontam com problemas que têm a ver, não só com o facto de viverem em barracas, mas também a viverem em casas que não sendo barracas, têm condições de habitabilidade, às vezes, iguais ou até piores que algumas barracas. Temos famílias que vivem em condições de sobrelotação, onde vivem e dormem 4, 5 e 6 pessoas numa só assoalhada. Temos situações de famílias que vivem em edifícios de tal maneira deteriorados, que já não têm as mínimas condições de habitação. É para dar resposta a estas

necessidades que é fundamental criar políticas e definir políticas municipais que criem mecanismos de captação de solos e afectação de solos para habitação social. E é por isso que o meu entendimento enquanto responsável pelo DMH, é que o novo PDM deve de forma inequívoca prever que uma percentagem (a definir nos novos licenciamentos para construção de nova habitação) seja obrigatoriamente para habitação de custos controlados. É por estas razões que, tendo em conta que um dos grandes problemas que se coloca em Odivelas, face à diminuta dimensão do território e a densidade de construção já existente é a gritante falta de solos. Há meia dúzia de solos com aptidão para afectação a habitação de custos controlados. É por essa razão, que me parece, particularmente importante, que se implementem medidas e mecanismos que permitam que a construção não seja toda feita para as classes média / alta, mas que a construção privada e cooperativa, tenha também lugar neste território, para as populações de menores recursos. Parece-me particularmente grave que os poucos solos municipais que existem, sejam ainda destinados, para a habitação de venda livre no mercado, a acrescentar Àqueles muitos milhares que já estão no mercado e aos quais muitos Odivelenses não conseguem aceder. É por isso que temos, de acordo com a Secretaria de Estado da Habitação, 5904 alojamentos vagos, em Odivelas. Foi por todas estas razões que propusemos a afectação destes lotes municipais a habitação social. Tendo sido rejeitada a nossa proposta pelo PS e pelo PSD, e atentas as razões que atrás invoquei, o nosso voto contra”.